

Na contramão do conhecimento científico sexista: direções alternativas na perspectiva de gênero

Liz de O. Motta Ferraz*

O exílio feminino sentenciado pelos produtores da História positivista, linear e factual persistiu por todo século XIX – ou mesmo antes, quando a História nada mais era do que narrativa dos fatos pelas mãos do grego Heródoto. Inicialmente, os *Annalistes* foram apontados como libertadores dos sujeitos antes esquecidos pelos anais históricos: homossexuais, índios, negros, ciganos, crianças e as mulheres. Bloch e Febvre já em 1929 conclamavam que tudo era História e todos eram participantes ativos da sua construção.

Mas foi na década de 60 do século XX que a mulher finalmente se liberta do ostracismo infecundo do esquecimento através dos movimentos feministas e das profundas mudanças que ocorreram na Europa e EUA a partir daquele decênio¹.

Trago esta síntese sobre o lugar da mulher na ciência histórica como a chave de entrada para um labirinto de discussões que permeiam a epistemologia da Ciência Moderna e as teorias feministas que tentam compreender porque os aspectos biológicos não explicam a condição de superioridade masculina na sociedade.

Uma longa tradição européia que perdurou até finais do século XVIII, considerava as mulheres seres inferiores em relação aos homens. Emotivas, pouco racionais e organizadas, a sua função básica circunscrevia-se à procriação e ao lar, os gregos remeteram-nas para o Gineceu. Platão considerou as mulheres e os escravos como seres destituídos de razão. Aristóteles considerava-as inferiores aos homens e por esta razão, deviam apenas procriar e serem educadas pelos maridos. Jean-Jacques Rousseau, símbolo por excelência do Iluminismo, mais de 2 mil anos depois continuou a repetir o mesmo tipo de discurso sobre a inferioridade das mulheres. Este era o conceito dominante e quase nada mudou ao longo de séculos.

O Iluminismo sexista

A partir do século XVII surge a preocupação com o estado de bem-estar social. O Iluminismo, movimento que prima pela razão e tem como princípios básicos a igualdade e a liberdade do homem, é a bússola norteadora para os filósofos que pensam em como construir uma sociedade moderna e capitalista. A gênese desta sociedade moderna comete sua primeira grande injustiça: a exclusão das mulheres. Explica-se: a sociedade moderna é fomentada pelos princípios da cidadania que

expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998: 14)

* Historiadora (Faculdades Jorge Amado – Salvador, BA), Especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional com Concentração em Políticas Públicas (NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher / UFBA – Universidade Federal da Bahia).

¹ Para um maior entendimento sobre o contexto histórico e as mudanças ocorridas na Europa e EUA a partir da década de 1960 ver: HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914 – 1991, São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

O conceito de Dallari sobre cidadania expressa com perfeição a consciência iluminista, o direito a cidadania era concedido ao homem, enquanto que as mulheres estavam excluídas desta sociedade já que não tinham direitos políticos e nem desfrutavam de uma vida pública. Destarte, a sociedade moderna já começa sectária e a cidadania tem um sexo definido – masculino.

Rachel Soihet (1997) analisa ser esta sociedade moderna, contraditória e dicotômica já que

A razão, emblema do acesso dos homens à maioridade e à liberdade, qualidade que distingue o homem do animal, já que o animal não faz senão obedecer enquanto o homem pode voluntariamente consentir ou resistir, não são extensivos paradoxalmente à ‘metade do gênero humano’. Rousseau, considerado o mais democrático destes intelectuais, propõe uma educação que conduza à autonomia. Com relação às mulheres, porém, (...) a educação deveria ser diversa. Nelas não se deveriam cultivar as qualidades masculinas, pois a mulher é feita especialmente ‘para agradar ao homem’ e ‘para obedecer também’. (p. 8)

A suposta inferioridade feminina encontra suas raízes na diferença sexual e está naturalizada e atestada por dogmas divinos e pela natureza. A dicotomia se estende aos espaços, na sociedade capitalista o público é destinado aos homens, já que estes são racionais e mais inteligentes e sendo assim, são os únicos capazes de exercer a política com responsabilidade e destreza. Quanto às mulheres, o espaço privado lhes compete, é neste espaço que elas irão criar seus filhos para a nova sociedade que se apresenta; sua autonomia ou pseudo-autonomia se limita ao batente da porta, a partir dali elas se tornam invisíveis e imobilizadas, pois suas ‘fraquezas emocionais’ atrapalhavam um vida social e política ativa. Para os iluministas a mulher era incapaz de ser racional, sua imaginação exacerbada não se limitava ao plano do concreto, transcendia o fantasioso, o ilusório num mundo constituído de emoções, sensações e desejos onde não cabia a razão, “(...) portanto, a inferioridade da razão era um fato incontestável, bastando-lhes cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, (...) cuidar dos filhos”. (p. 9)

Apesar de terem participado das revoluções (Francesa, Gloriosa) que culminaram na nova ordem social, as mulheres foram colocadas à margem, escondidas, seus direitos foram sonegados; ou melhor, não foram sequer discutidos.

Locke, outro filósofo das Luzes, apesar de combater com veemência o Antigo Regime e defender o direito de liberdade e igualdade não incluía as mulheres como participantes da sociedade civil, baseando-se que as “deficiências femininas” eram resultados da natureza e do Poder Divino expresso nas Escrituras, onde a mulher deve ser submissa ao homem e este a governará. (NYE, 1988: 19). Outros pensadores iluministas como Diderot, Descartes e Bentham corroboravam a exclusão feminina e a partir deste consenso dicotômico mulher *versus* homem, público *versus* privado, a ciência moderna foi ganhando contornos sólidos e se legitimando ao longo da história da ciência moderna.

A Ciência moderna: embates e debates na perspectiva de gênero

Podemos afirmar que o Iluminismo foi a base do pensamento moderno e que neste está, naturalmente enraizado, a exclusão das mulheres na sociedade. Daí começa a surgir os problemas para as teóricas do feminismo. As teorias feministas tentam compreender porque os aspectos biológicos não explicam a superioridade masculina e a submissão feminina, o que define o lugar da mulher na sociedade e que lugar é este.

Os embates que se apresentam são de ordem epistemológica, ou seja, como produzir o conhecimento que responda as demandas feministas se todo o *lexus* é construído por e para um enfoque masculino. A chave analítica que constitui este debate está expressa por Elisabetta Donini (s/d) ao dimensionar a construção do conhecimento científico

(...) as dimensões do problema são ao mesmo tempo empíricas (devem ser tomados em consideração os ‘fatos’ que demonstram se, e como, ‘funcionam’ as ciências) e epistemológicos (esses estão embebidos de componentes humanas, que englobam diversas perspectivas sobre o mundo e diversos critérios de relevância e de eficácia), mas também éticas e políticas: se ‘a prática social’ das ciências se demonstra relacionada com ‘certas linhas-mestras do poder’, então, quem quer que trabalhe nesse campo é investida/o da responsabilidade subjetiva de dever contribuir para o reforço – ou para a erosão – de tais desequilíbrios. (p. 2)

Analisando a assertiva de Donini, o conhecimento científico é construído em cima de valores e interesses específicos, demonstrando que apesar de ser considerado “neutro”, sua essência é inconfundivelmente tendenciosa. Destarte, a maioria das teorias existentes para encontrar as respostas para as questões feministas foi concebida a partir de um contexto histórico, social e cultural sexista e eurocêntrico, privilegiando os homens para legitimar o seu bem-estar e sua condição de dominante na família e na sociedade.

O marxismo, por exemplo, contribuiu com o feminismo trazendo o enfoque histórico e material, que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta.

Todavia, Marx e Engels² analisaram a mulher sendo mais um sujeito no processo de produção e reprodução material, sendo este processo o único que deveria ser questionado. O reducionismo sobre a condição da mulher na sociedade de consumo através da divisão sexual do trabalho não atendeu aos questionamentos das feministas. Mesmo porque, a crítica feita ao marxismo pelas teóricas do feminismo atenta para a desvalorização do trabalho doméstico no processo de produção capitalista. O trabalho doméstico por ser de âmbito privado não se legitima como fator de acumulação do capital, nem as mulheres ao exercê-lo são consideradas empregadas, nem subordinadas a patrões.

Ao exemplo do marxismo segue outras teorias que posicionam a mulher sempre vinculada à história e a condição masculina, como um apêndice atrofiado do corpo de Adão, que se não atrapalha o desenvolvimento da humanidade (lê-se homens), também não o ajuda. As teorias baseadas em princípios de objetividade - biologismos e naturalismos, condições *sine qua non* que norteiam a ciência e modelam o corpo analítico do cidadão moderno - incapacitam as mulheres de ascenderem a uma situação paritária ao homem.

Considerações finais: uma nova matriz, uma nova epistemologia

A crítica feminista tem desempenhado um papel importante na construção de aportes teóricos para responder as questões levantadas ao longo deste ensaio. O movimento feminista questiona o paradigma positivista, filho dileto do Iluminismo e direciona seu olhar para um novo paradigma ou como também é conhecido Emergente ou Construtivista.

A matriz deste paradigma propõe uma análise subjetiva dos fatos, levando em consideração a diversidade cultural, étnica, religiosa, de classe, de identidade e de gênero. O modelo Emergente questiona a mentalidade dominante e, para além, preocupa-se com questões como políticas públicas e educação sempre com um enfoque crítico e plural. O debate em torno das desigualdades entre homens e mulheres continua atual, hoje muito apoiado por estudos nas

² Para conhecer melhor a condição feminina e o marxismo ver: Marx, K. e Engels, F. A Ideologia Alemã. Porto: Presença, 1975.

áreas da biologia e da psicologia evolutiva que procuram explicar diferenças cognitivas em diferenças biológicas. Uma das abordagens à questão de gênero e ciência que me parece mais frutífera tem precisamente em consideração os modos de tratamento da categoria sexo/gênero, que aparece quer como um pressuposto quer como objeto de estudo das ciências naturais e nas que se naturalizaram.

Servindo-se de todo vários trabalhos já feitos sobre gênero, procura articulá-lo com uma análise crítica da ciência. Pretende ir não só para além do simples enunciado da igualdade de direitos e oportunidades, mas também suplantar a visão positivista da ciência muito adotada por cientistas, filósofos, educadores, historiadores e demais acadêmicos. Este duplo objetivo veio abrir um campo de investigação hoje designado por epistemologia feminista ou por estudos feministas da ciência.

Mesmo não sendo ainda a resposta para as teóricas do feminismo, através destas novas abordagens abre-se um leque de oportunidades, uma pluralidade de caminhos, conceitos e metodologias que contribuirão para repensar a Ciência Moderna, a condição feminina e a epistemologia feminista.

Referências

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DONINI, Elisabetta. **A Construção Cultural das Ciências da natureza: gêneros, personagens e factos históricos**. Disponível em: www.aie.it/polite/PORDonini1.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2008.

NYE, Andréa. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

SOIHET, Rachel. **Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas**. In: Revista Estudos Feministas, volume 5, n. 1, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997.